



LEI Nº 776, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO
MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL – ACRE**, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 64 da Lei Orgânica do Município de Cruzeiro do Sul – Acre, FAÇO SABER que o Plenário da Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul/AC aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Cruzeiro do Sul para o exercício financeiro de 2018, no mesmo valor que é de R\$ 141.727.481,53 (cento e quarenta e um milhões, setecentos e vinte sete mil, quatrocentos e oitenta e um reais e cinquenta e três centavos), detalhada da seguinte maneira:

I – Orçamento Fiscal, compreendendo o Poder Legislativo Municipal e os Órgãos do Poder Executivo Municipal.

II – Orçamento da Seguridade Social, abrangendo as ações na área de saúde e de assistência social.

Art. 2º A receita estimada decorrerá da arrecadação de tributos e de outras receitas correntes e de capital e oriunda de Outras Fontes das Entidades da Administração Direta, inclusive Fundos, na forma da legislação vigente, discriminada nos quadros anexos a esta Lei e apresenta o seguinte desdobramento:

I – Receita prevista para o Poder Executivo:

a) Entidade Prefeitura Municipal	R\$
Receitas Correntes	123.925.879,20
Receitas de Capital	12.665.549,80
Deduções da Receita (FUNDEB)	-10.915.231,97
<hr/> Total da Entidade	<hr/> R\$ 125.676.197,03
b) Entidade Fundo Municipal de Saúde	
Receitas Correntes	15.762.815,51
Receitas de Capital	288.468,99
<hr/> Total da Entidade	<hr/> R\$ 16.051.284,50



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE CRUZEIRO DO SUL
GABINETE DO PREFEITO

Pág. 2 de 4
- Lei nº 776, de 27/12/2017 -

Art. 3º O Poder Executivo Municipal fará repasse para o Poder Legislativo conforme o art. 34 da LDO/2017 e assim previsto para o ano de 2018:

I) Repasse previsto para entidade Câmara Municipal
Transferência Financeira Concedida R\$ 5.073.264,00

Art. 4º A despesa total fixada observará a programação constante dos demonstrativos anexos a esta Lei, obedecendo a classificação funcional programática e natureza econômica, com os seguintes desdobramentos:

I – Orçamento Fiscal em R\$ 112.612.883,41 (cento e doze milhões, seiscentos e doze mil, oitocentos e oitenta e três reais e quarenta e um centavos), compreendendo o Poder Legislativo Municipal e os Órgãos do Poder Executivo Municipal, assim fixada:

a) Entidade Prefeitura Municipal	
Despesas Correntes	90.611.083,45
Despesas de Capital	16.284.668,65
Reserva de Contingência	643.867,31
<hr/>	
Total Poder Executivo	R\$ 107.539.619,41
b) Entidade Câmara Municipal	
Despesas Correntes	5.012.808,00
Despesas de Capital	60.456,00
<hr/>	
Total Poder Legislativo	R\$ 5.073.264,00

II – Orçamento da Seguridade Social em R\$ 29.114.598,12 (trinta milhões, quinhentos e setenta mil, setecentos e sessenta e um reais e noventa e um centavos), abrangendo as ações na área de saúde e de assistência social.

a) Entidade Fundo Municipal de Saúde	
Despesas Correntes	25.719.932,73
Despesas de Capital	483.551,76
<hr/>	
Total da Entidade	R\$ 26.203.484,49
b) Órgão Fundo Municipal de Assistência Social	
Despesas Correntes	2.633.113,63
Despesas de Capital	278.000,00
<hr/>	
Total do Órgão	R\$ 2.911.113,63

Art. 5º Os Créditos Especiais e Extraordinários autorizados no último quadrimestre do exercício financeiro de 2017, ao serem reabertos na forma do § 2º do art. 167 da Constituição Federal, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro de 2018.

Art. 6º Fica atribuída ao Poder Executivo Municipal, a competência de aprovar o Quadros de Detalhamento da Despesa a ser realizada pelos Órgãos da Administração Pública Municipal.

Art. 7º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado:



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE CRUZEIRO DO SUL
GABINETE DO PREFEITO

Pág. 3 de 4
- Lei nº 776, de 27/12/2017 -

I – a operar a transposição e remanejamento de recursos de uma categoria econômica para outra ou de um órgão para outro;

II – realizar Convênios com Entidades Governamentais e Não Governamentais;

III – a proceder à atualização monetária do orçamento, até o primeiro semestre de 2018, de acordo com o índice oficial de inflação do Governo Federal e se ultrapassar 10%, de modo a resguardar o poder de compra do Executivo e Legislativo Municipal;

IV – a contratar operações de créditos e a realizar operações de crédito por antecipação da receita, para atender insuficiência de caixa, tendo como limite o valor fixado para despesa de Capital ficando condicionadas, no que couber, ao disposto na Seção IV, do Capítulo VII, da Lei Complementar nº 101, de 2000 e atendidas às exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal;

V - abrir Crédito Suplementar até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa fixada nesta Lei e remanejar elementos de despesa em conformidade com a Portaria Interministerial nº 163 de 04 de Maio de 2001 e suas alterações, e utilizando recursos provenientes de:

- a) excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- b) anulação parcial e/ou total de dotação;
- c) superávit financeiro, observado o saldo patrimonial financeiro de 2017;
- d) operações de crédito.

Parágrafo único – Não serão computados para efeito do limite fixado neste inciso:

- a) as despesas destinadas a suprir insuficiência orçamentária referente ao pagamento de precatório judiciais, amortização e encargos da dívida pública interna.
- b) as despesas provenientes de convênios e programas especiais dos governos estadual e federal;
- c) as despesas previamente autorizadas pelo Poder Legislativo Municipal;
- d) o remanejamento de recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações;
- e) com fontes de recursos provenientes da reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, de acordo com o art. 5, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar nº 101/2000;
- f) com recursos oriundos de excesso de arrecadação verificado no exercício, nos termos do inciso II, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE CRUZEIRO DO SUL
GABINETE DO PREFEITO

Pág. 4 de 4
- Lei nº 776, de 27/12/2017 -

g) com recursos do superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, até os limites dos saldos verificados em cada fonte de recursos, nos termos previstos no inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64; e

h) com fontes de recursos decorrentes de operações de crédito de acordo com a Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001, alterada pela Resolução nº 3, de 02 de abril de 2002.

VI – Abrir Créditos Especiais para atender convênios a serem firmados com Outras Esferas de Governo.

Art. 8º Ao realizar Operações de Crédito por Antecipação da Receita fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder garantias, mediante vinculações de parcelas de recursos oriundos da Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios, Cota Parte do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços, preferencialmente, ou de outras fontes de recursos próprios do Tesouro Municipal.

Art. 9º No mês de abril de 2018, o orçamento do Poder Legislativo Municipal será corrigido, tendo como base a receita realizada do exercício de 2017.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL,
ESTADO DO ACRE, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Ilderlei Cordeiro
Prefeito Municipal